

No. 41669

**Brazil
and**

**Organization of Ibero-American States for Education,
Science and Culture**

Headquarters Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Organization of Ibero-American States for Education, Science and Culture (OEI). Brasília, 30 January 2002

Entry into force: 12 August 2003 by notification, in accordance with article 34

Authentic text: Portuguese

Registration with the Seeretariat of the United Nations: Brazil, 22 July 2005

**Brésil
et**

Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture

Accord de Siège entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture (OEI). Brasília, 30 janvier 2002

Entrée en vigueur : 12 août 2003 par notification, conformément à l'article 34

Texte authentique : portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 22 juillet 2005

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE SEDE ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI)

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI),
doravante denominados “Partes”

CONSIDERANDO

O reingresso da República Federativa do Brasil na Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura (OEI), durante a 67ª Reunião de seu Conselho Diretivo, e

O desejo de instalar, no Brasil, uma sede regional permanente da Organização, com o objetivo de facilitar o cumprimento dos fins para os quais foi criada,

Acordam

ARTIGO 1º

Instalar, na cidade de Brasília, uma sede permanente da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

ARTIGO 2º

Estabelecer, para fins de interpretação do presente Acordo, as seguintes convenções:

- a) "Governo", o Governo da República Federativa do Brasil;
- b) "Organização", a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI);

- c) "autoridades competentes", as autoridades da República Federativa do Brasil em conformidade com as suas leis;
- d) "sede", os locais e dependências, por qualquer um que for o seu proprietário, ocupados pela Organização;
- e) "bens", os imóveis, móveis, veículos, direitos, fundos em qualquer moeda, haveres, ingressos, outros ativos e tudo aquilo que puder constituir o patrimônio da Organização;
- f) "arquivos", a correspondência, manuscritos, fotografias, slides, filmes cinematográficos, gravações em VHS, gravações sonoras, disquetes, discos compactos, assim como todos os documentos, de qualquer natureza, de propriedade ou em poder da Organização;
- g) "diretor", o chefe da sede regional permanente da Organização na cidade de Brasília;
- h) "quadro de pessoal", os funcionários ou contratados da Organização, independentemente de onde desenvolverem sua atividade principal;
- i) "especialistas", as pessoas contratadas pela Organização, para desenvolverem funções técnicas, submetidas à autoridade do Diretor e sujeitas ao Regulamento e Estatutos da Organização como os funcionários da mesma ou às cláusulas de contratação previamente estabelecidas com a Organização;
- j) "membros da família", a todo familiar que depender economicamente e estiver sob a responsabilidade das pessoas mencionadas nos incisos g), h) e i); e
- k) "pessoal local", as pessoas contratadas localmente pela Organização para a execução de tarefas administrativas ou de serviços.

ARTIGO 3º

A Organização é dotada de personalidade jurídica e, para cumprir os seus fins, tem capacidade para:

- a) efetuar contratações;
- b) adquirir bens móveis e imóveis e possuir recursos financeiros, dispondo livremente de tais recursos;

- c) realizar procedimentos judiciais ou administrativos quando assim convier aos seus interesses;
- d) receber quaisquer tipos de doações e subvenções.
- e) ter fundos, ouro ou divisa corrente de qualquer classe e realizar a sua contabilidade em qualquer divisa; e
- f) transferir os seus fundos, ouro ou divisa corrente dentro do país ou no exterior.

ARTIGO 4º

A sede estará sob a autoridade e responsabilidade da Organização. No entanto, ser-lhe-ão aplicáveis os regulamentos sanitários e outras disposições legais nacionais pertinentes.

ARTIGO 5º

O Governo não será responsável pelos atos ou omissões da Organização, ou de qualquer um dos membros de seu quadro de pessoal ou especialistas.

ARTIGO 6º

A sede e seus arquivos são invioláveis. As autoridades locais competentes poderão entrar na sede no exercício de suas funções com o consentimento do Diretor. No caso de incêndio ou outro acidente que oferecer risco à segurança pública, o consentimento do Diretor é tácito.

O Governo adotará as medidas adequadas para proteger a sede contra toda intrusão ou dano.

ARTIGO 7º

A sede não será utilizada para finalidade incompatível com os fins e funções da Organização. A Organização não permitirá que a sede sirva de refúgio a pessoas foragidas ou condenadas, de acordo com a legislação brasileira, ou daquelas cuja extradição tenha sido reclamada por outro país ou que tratem de eludir diligências judiciais.

ARTIGO 8º

O Governo permitirá o livre trânsito à sede ou a partir da mesma, e a permanência em território nacional:

- a) ao Presidente, ao Vice-presidente e aos membros do Conselho Diretivo da OEI, aos representantes dos Estados -Membros nos Congressos Ibero-americanos de Educação e nas reuniões do Conselho Diretivo e aos componentes da Comissão Assessora, assim como aos seus cônjuges e filhos dependentes menores de idade;
- b) ao Secretário-Geral, ao Secretário-Geral Adjunto, aos Diretores Gerais, Assessores e funcionários da Organização que, apesar de desempenhar tarefas normalmente em outros países, devem permanecer no Brasil realizando atividades definidas pela OEI;
- c) aos especialistas contratados pela OEI para o desenvolvimento de programas que tenham que ser realizados em território brasileiro, aos seus cônjuges e filhos dependentes menores de idade; e
- d) às pessoas convidadas oficialmente pela OEI, aos seus cônjuges e filhos dependentes menores de idade.

ARTIGO 9º

A Organização e seus bens desfrutarão de imunidade de jurisdição e de execução no território da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) em caso de renúncia expressa, através de seu Secretário- Geral, em um caso particular;
- b) no caso de uma ação civil interposta por terceiros, por danos, lesões ou morte originadas em acidente causado por veículo ou aeronave pertencente ou utilizado em nome da Organização;
- c) no caso de infração de trânsito envolvendo veículo pertencente a Organização ou utilizado por ela;
- d) no caso de uma contra-demanda relacionada diretamente com ações iniciadas pela Organização; e
- e) no caso de atividades comerciais da Organização.

ARTIGO 10

O pessoal local estará sujeito à legislação trabalhista e de previdência social da República Federativa do Brasil. A Organização deverá fazer para este pessoal as contribuições correspondentes.

ARTIGO 11

Os bens da Organização, independentemente do lugar em que se encontrarem e de quem os tenha em seu poder, estarão isentos de:

- a) toda forma de registro, requisição, confisco e seqüestro;
- b) expropriação, salvo por causa de utilidade pública qualificada por lei e previamente indenizada; e
- c) toda forma de restrição ou ingerência administrativa, judicial ou legislativa, salvo quando for temporalmente necessária para a prevenção ou investigação de acidentes.

ARTIGO 12

A Organização deverá contratar, na República Federativa do Brasil, um seguro para cobrir a responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

ARTIGO 13

A Organização e seus diretores estarão isentos de impostos estaduais e municipais, referentes aos locais e às dependências dos quais forem proprietários ou inquilinos, exceto quando constituírem remuneração por serviços públicos.

A referida isenção fiscal não se aplicará aos impostos e taxas que, segundo a legislação brasileira, sejam de responsabilidades de pessoas contratadas pela Organização ou seu representante.

ARTIGO 14

A Organização estará isenta de toda classe de direitos de alfândega, impostos e taxas referentes à importação e exportação de artigos, publicação e bens destinados ao uso oficial da Organização, que não serão comercializados na República Federativa do Brasil sem a autorização do Governo.

ARTIGO 15

O Diretor, os membros do quadro de pessoal e os especialistas estarão isentos do pagamento de impostos federais, com exceção:

- a) dos impostos indiretos, normalmente incluídos no preço das mercadorias ou dos serviços;
- b) dos impostos e taxas sobre os bens imóveis privados localizados na República Federativa do Brasil, a menos que estejam sendo utilizados pela Organização;
- c) dos impostos e taxas sobre os ingressos privados, incluídos os ganhos de capital, que tiverem origem na República Federativa do Brasil e dos impostos sobre o capital correspondentes a investimentos realizadas em empresas comerciais ou financeiras na República Federativa do Brasil;
- d) das taxas relativas a remuneração por serviços públicos;
- e) dos impostos sobre as sucessões e as transmissões exigíveis pela República Federativa do Brasil; e
- f) dos direitos de registro, custas judiciais, hipoteca e timbre, salvo o disposto no artigo 13.

ARTIGO 16

O Diretor, os membros do quadro de pessoal e os especialistas que não forem cidadãos brasileiros ou que não tiverem residência permanente na República Federativa do Brasil, quando necessitarem permanecer no país por força de suas funções, por um período não inferior a um (01) ano e que tiverem sido credenciados pelo Governo na forma prevista no artigo 32, poderão importar, dentro de seis (6) meses da sua chegada, ou exportar livre de direitos de alfândega, impostos e taxas, os seus bens e objetos pessoais, que não poderão ser comercializados no país, sem autorização do Governo.

ARTIGO 17

Os cidadãos brasileiros ou as pessoas que tiverem residência permanente na República Federativa do Brasil, quando forem designadas ou contratadas pela Organização como membros do seu pessoal ou especialistas para desempenhar funções no exterior, poderão exportar os seus bens e objetos pessoais livres de direito de alfândega, impostos e taxas.

Da mesma forma, os cidadãos brasileiros ou as pessoas que tiveram residência permanente na República Federativa do Brasil e que regressem ao país por aposentadoria ou finalização de uma missão desempenhada no exterior por conta da Organização, contanto que esta não tenha sido inferior a um ano, poderão importar os seus bens e objetos pessoais livres de direito de alfândega, impostos e taxas dentro dos SEIS (6) meses da sua chegada.

ARTIGO 18

Os membros do pessoal e especialistas -com exceção dos cidadãos brasileiros e das pessoas que tiverem residência permanente no país -desfrutarão de franquias para a importação de artigos de consumo segundo as normas vigentes na República Federativa do Brasil. As franquias outorgar-se-ão de acordo com as disposições estabelecidas pelas autoridades competentes.

ARTIGO 19

Os membros do quadro de pessoal e especialistas que não forem cidadãos brasileiros ou não tiverem residência permanente no país desfrutarão das mesmas facilidades e isenções em matéria monetária e cambial que se outorgam aos funcionários de ramo similar de outros organismos internacionais em missão na República Federativa do Brasil.

ARTIGO 20

O Diretor, os membros do pessoal e especialistas desfrutarão de imunidade de jurisdição, mesmo depois de ter concluído a sua missão relativo a atos, incluídas as suas palavras e escritos, executados pelos mesmos no exercício das suas funções oficiais e dentro dos limites das suas obrigações, salvo:

- a) no caso de uma ação civil iniciada por terceiros por danos originados em um acidente causado por um veículo ou aeronave de sua propriedade ou dirigido por ele, ou em relação com uma infração de trânsito que envolver a dito veículo e for cometida por ele;
- b) no caso de uma ação real sobre bens imóveis particulares radicados na República Federativa do Brasil, a menos que forem de posse da Organização e para cumprir os fins da mesma;
- c) no caso de uma ação sucessória na qual o Diretor, um membro do pessoal ou especialista figure a título privado e não em nome da Organização, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário; e

- d) no caso de uma ação referente a qualquer atividade profissional ou comercial que tivesse exercido antes de tomar posse das suas funções oficiais

O Diretor, os membros do pessoal e especialistas não poderão ser objeto de nenhuma medida de execução, salvo nos casos previstos nos incisos a), b), c) e d).

ARTIGO 21

Os membros do quadro de pessoal e especialistas desfrutarão dos seguintes privilégios, isenções e facilidades:

- a) inviolabilidade de documentos e escritos oficiais relacionados com o desempenho das suas funções;
- b) isenção das disposições restritivas de imigração e trâmite de registro de estrangeiros;
- c) facilidades para a repatriação, que no caso de crise internacional se concede a membros do pessoal de organismos internacionais;
- d) isenção de imposto de renda ou qualquer imposto direto sobre salários e emolumentos pagos pelo Organismo; e
- e) isenção de toda prestação pessoal e das obrigações do serviço militar ou serviço público de qualquer natureza.

Os privilégios, isenções e facilidades acordados nos pontos b), c), e e) não se concederão aos cidadãos brasileiros ou residentes permanentes na República Federativa do Brasil. O Governo poderá conceder facilidades ou prerrogativas a pedido da Organização para os cidadãos brasileiros que devam prestar serviços como os mencionados no inciso e) do presente artigo.

Os membros do quadro de pessoal e especialistas - fora das suas funções oficiais - assim como os familiares dependentes, não poderão exercer na República Federativa do Brasil nenhuma atividade profissional ou comercial.

Esta disposição não atingirá aos familiares dependentes dos funcionários quadro de pessoal que forem cidadãos brasileiros ou que tiverem residência permanente no país.

ARTIGO 22

O Diretor, o quadro do pessoal e os especialistas poderão ser chamados a comparecer como testemunhas nos procedimentos judiciais ou administrativos, devendo a autoridade que requerer a testemunha, evitar que se perturbe o exercício normal das suas funções. A autoridade aceitará, dentro do possível, que a declaração seja feita por escrito.

Entende-se que o Diretor, o quadro de pessoal e os especialistas não estarão obrigados a declarar sobre acontecimentos relacionados com o exercício das suas funções, nem a exhibir correspondência ou documentos oficiais referentes às mesmas.

ARTIGO 23

A Organização tomará as medidas adequadas para a solução:

- a) de conflitos originadas por contratos ou outras questões de direito privado nas que ela for parte; e
- b) de conflitos do Diretor, de um membro do pessoal ou os especialistas que, em razão do seu cargo oficial, desfrutarem de imunidade, contanto que a mesma não tiver sido renunciada.

A Organização deverá cooperar para que, frente à falta de solução de conflito do qual a mesma, o Diretor, um membro do pessoal ou um especialista for parte, seja facultada à Parte Demandante a possibilidade de recorrer a um tribunal.

ARTIGO 24

A Organização cooperará com as autoridades competentes para facilitar a administração da justiça e zelar pelo cumprimento das leis.

Nenhuma disposição do presente Acordo deverá ser interpretada como empecilho para a adoção de medidas apropriadas de segurança para os interesses do Governo.

ARTIGO 25

Os privilégios e as imunidades reconhecidos no presente Acordo não se outorgam ao Diretor, aos membros do pessoal e aos especialistas para o seu benefício pessoal, mas para salvaguardar o exercício independente das suas funções. Portanto, a Organização tem o direito e o dever de renunciar à imunidade concedida àqueles que, segundo a sua opinião, a imunidade impediria o curso da justiça. Se a Organização não renunciar à imunidade deverá fazer todo o possível para chegar a uma solução justa em relação ao caso.

ARTIGO 26

Se o Governo considera que houve abuso de um privilégio ou imunidade concedido em virtude do presente Acordo, realizará consultas com a Organização a fim de determinar se este abuso ocorreu e, nesse caso, evitar a sua repetição. Porém, se a situação criada for grave, o Governo poderá requerer à pessoa que abandone o território. Entende-se que nesse caso aplicar-se-ão os procedimentos usuais para a saída de funcionários de organizações internacionais de ramo similar.

ARTIGO 27

O número de pessoal e de especialistas não excederá os limites do que for razoável e normal, tendo em conta as funções da sede regional da Organização na República Federativa do Brasil. Além disso, a República Federativa do Brasil, na medida das suas possibilidades, dotará a Organização de pessoal local para realizar as suas atividades.

ARTIGO 28

A Organização terá direito a usufruir de códigos e despachar e receber a sua correspondência tanto por correio como malas seladas que terão a mesma imunidade e privilégios concedidos pelos correios e malas de outros organismos internacionais.

ARTIGO 29

A Organização desfrutará, para as suas comunicações oficiais no território da República Federativa do Brasil, de um tratamento não menos favorável que o outorgado pelo Governo a qualquer outro organismo internacional, no que se refere a prioridades, tarifas e impostos aplicáveis à correspondência, telegramas, comunicações telefônicas e outras comunicações, assim como a tarifas de imprensa para as informações destinadas à imprensa, rádio ou televisão.

ARTIGO 30

A Organização notificará por escrito ao Governo com a anterioridade possível:

- a) a nomeação do Diretor, os membros do pessoal ou especialistas, assim como a contratação de pessoal local, indicando quando se tratar de cidadãos brasileiros ou de residentes permanentes na República Federativa do Brasil. Além disso, informará quando alguma das pessoas citadas terminar de prestar as suas funções na Organização; e

b) a chegada e saída definitiva do Diretor, dos membros do quadro de pessoal e dos especialistas, como a dos membros da família dos mesmos.

ARTIGO 31

O Governo expedirá ao Diretor, aos membros do pessoal e aos especialistas, uma vez recebida a notificação da sua designação, um documento credenciando a sua qualidade e especificando a natureza das suas funções.

ARTIGO 32

As solicitações de vistos para funcionários que vierem prestar serviços ao país apresentados pelos titulares de um Documento Oficial de Viagem e solicitados pela Organização serão atendidas na forma mais rápida possível.

O Diretor, os membros do pessoal e os especialistas desfrutarão das mesmas facilidades de viagem que o pessoal de ramo similar de outros organismos internacionais.

ARTIGO 33

A República Federativa do Brasil proporcionará à Organização o espaço físico necessário para o normal e eficaz desenvolvimento da missão, ou uma contribuição equivalente à quantia necessária para arrendar o mesmo. Do mesmo modo, de acordo com o Diretor e dentro das suas possibilidades, dotará a Sede do pessoal local razoavelmente necessário para o desenvolvimento das suas atividades.

ARTIGO 34

O presente Acordo entrará em vigor na data em que o Governo comunicar ao Organismo tê-lo aprovado conforme os seus procedimentos constitucionais.

ARTIGO 35

O presente Acordo será prorrogado tacitamente por iguais períodos sucessivos de CINCO (5) anos. Poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes, mediante comunicação escrita à outra. A denúncia surtirá efeito aos SEIS (6) meses contados a partir da data de recibo da notificação à outra Parte.

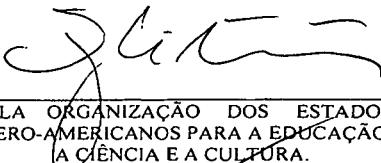
ARTIGO 36

As Partes, por mútuo consentimento, poderão introduzir modificações ao presente Acordo, as quais entrarão em vigor de conformidade com o Artigo 34 do presente Acordo.

Assinado na cidade de Brasília, no dia 30 de janeiro do ano de dois mil e dois, em dois exemplares originais, ambos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL.
Paulo Renato Souza
Ministro de Estado da Educação



PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS
IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO,
A CIÉNCIA E A CULTURA.
Francisco Pinto
Secretário-Geral

[TRANSLATION - TRADUCTION]

HEADQUARTERS AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ORGANIZATION OF IBERO-AMERICAN STATES FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE (OEI)

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Organization of Ibero-American States for Education, Science and Culture (OEI), hereinafter referred to as the "Parties",

Considering:

The readmission of the Federative Republic of Brazil into the Organization of Ibero-American States for Education, Science and Culture (OEI) during the 67th meeting of its Executive Board, and

The desire to establish a permanent regional headquarters of the Organization in Brazil, in order to facilitate the fulfilment of the purposes for which it was created,

Have agreed as follows:

Article 1

To establish a permanent headquarters of the Organization of Ibero-American States for Education, Science and Culture (OEI) in the city of Brasilia.

Article 2

To establish, for the purposes of interpreting this Agreement, the following definitions:

- (a) "Government" shall mean the Government of the Federative Republic of Brazil;
- (b) "Organization" shall mean the Organization of Ibero-American States for Education, Science and Culture (OEI);
- (c) "competent authorities" shall mean the authorities of the Federative Republic of Brazil in conformity with its laws;
- (d) "headquarters" shall mean the premises or buildings, irrespective of their owner, occupied by the Organization;
- (e) "property" shall mean the immovables, movables, vehicles, rights, funds in any currency, capital, income, other assets and anything else that may constitute the property of the Organization;
- (f) "archives" shall mean correspondence, manuscripts, photographs, slides, cinematographic film, VHS recordings, sound recordings, discs, compact discs or documents of any nature belonging to or held by the Organization;
- (g) "Director" shall mean the head of the permanent regional headquarters of the Organization in the city of Brasilia;

(h) "staff" shall mean the persons employed or contracted by the Organization wherever they carry out their main activity;

(i) "experts" shall mean persons hired by the Organization to perform technical duties who come under the authority of the Director and are subject either to the Rules and Regulations of the Organization, in the same way as its own officials, or to the contractual terms previously drawn up with the Organization;

(j) "family members" shall mean any relative who is financially dependent on, or under the responsibility of, the persons mentioned in subparagraphs (g), (h) and (i); and

(k) "local staff" shall mean persons hired locally by the Organization to carry out administrative tasks or services.

Article 3

The Organization shall possess juridical personality and, in order to fulfil its purposes, shall have the capacity to:

- (a) contract;
- (b) acquire movable and immovable property and hold financial resources, disposing freely of such resources;
- (c) institute legal or administrative proceedings where such action is in its interests;
- (d) receive donations or financial support of any kind;
- (e) hold funds, gold or currency of any kind and operate accounts in any currency; and
- (f) transfer its funds, gold or currency within the country or abroad.

Article 4

The headquarters shall be under the authority and responsibility of the Organization. However, it shall be subject to Brazilian health regulations and other relevant national legal provisions.

Article 5

The Government shall not be responsible for acts or omissions committed by the Organization or by any of its staff members or experts.

Article 6

The headquarters and its archives shall be inviolable. The competent local authorities may enter the headquarters in the exercise of their functions with the consent of the Director. In the event of a fire or other accident that poses a risk to public safety, the consent of the Director shall be tacit.

The Government shall take appropriate measures to protect the headquarters against any intrusion or damage.

Article 7

The headquarters shall not be used for any purpose that is incompatible with the purposes and functions of the Organization. In accordance with Brazilian law, the Organization shall not allow the headquarters to be used to harbour fugitives or convicts, or any persons whose extradition has been requested by another country or who are trying to evade justice.

Article 8

The Government shall allow the following individuals to travel freely to and from the headquarters and to stay in the national territory:

- (a) the President, Vice-President and members of the Executive Board of OEI, representatives of member States at Ibero-American Congresses on Education and at meetings of the Executive Board, and the members of the Advisory Board, as well as their spouses and minor dependent children;
- (b) the Secretary-General, Under-Secretary-General, General Directors, Advisers and officials of the Organization who usually exercise their functions in other countries but have to stay in Brazil to carry out activities defined by OEI;
- (c) the experts hired by OEI to develop programmes that must be implemented in Brazilian territory, as well as their spouses and minor dependent children; and
- (d) official guests of OEI, as well as their spouses and minor dependent children.

Article 9

The Organization and its property shall enjoy immunity from jurisdiction and execution in the territory of the Federative Republic of Brazil, except:

- (a) in the event that such immunity has been expressly waived by its Secretary-General in a particular case;
- (b) in the case of a civil action initiated by third parties for damage, injury or death arising from an accident caused by a vehicle or aircraft belonging to, or used in the name of, the Organization;
- (c) in the case of a traffic offence involving a vehicle belonging to, or used by, the Organization;
- (d) in the case of a counterclaim directly connected to proceedings initiated by the Organization; and
- (e) in the case of commercial activities by the Organization.

Article 10

Local staff shall be subject to the social security and labour laws of the Federative Republic of Brazil. The Organization shall make the corresponding contributions for such staff.

Article 11

The property of the Organization, wherever located and by whomsoever held, shall be exempt from:

- (a) search, requisition, confiscation or sequestration of any kind;
- (b) expropriation, except for a public purpose defined by law and previously indemnified; and
- (c) administrative, judicial or legislative restrictions or interference of any kind, except when temporarily necessary for the prevention or investigation of accidents.

Article 12

The Organization shall take out insurance in the Federative Republic of Brazil to cover itself against civil liability for damage to third parties.

Article 13

The Organization and its directors shall be exempt from all state and municipal taxes in respect of any premises and buildings owned or leased by them, except where such taxes constitute charges for public utility services.

The above-mentioned exemption from taxation shall not apply to such dues and taxes payable, under Brazilian law, by persons hired by the Organization or its representative.

Article 14

The Organization shall be exempt from customs duties, taxes and dues of any kind in respect of articles, publications or goods imported or exported by the Organization for its official use. Such items shall not be sold in the Federative Republic of Brazil without the authorization of the Government.

Article 15

The Director, staff members and experts shall be exempt from payment of federal taxes, with the exception of:

- (a) indirect taxes of a kind which are normally incorporated in the price of goods or services;
- (b) dues and taxes on private immovable property situated in the Federative Republic of Brazil, unless it is being used by the Organization;
- (c) dues and taxes on private income, including capital gains, having its source in the Federative Republic of Brazil and capital taxes on investments made in commercial or financial undertakings in the Federative Republic of Brazil;
- (d) dues relating to charges for public utility services;
- (e) succession or inheritance duties levied by the Federative Republic of Brazil; and

(f) registration or court fees, mortgage dues and stamp duty, with the exception of article 13.

Article 16

In the event that the Director, staff members and experts who are not Brazilian citizens or permanent residents of the Federative Republic of Brazil are required by their duties to remain in the country for a period of no less than one year and provided that they have been accredited by the Government in accordance with the procedures outlined in article 32, they may import, within six months of their arrival, or export free of customs duties, taxes or dues their furniture and personal effects. Such items shall not be sold in the country without the authorization of the Government.

Article 17

Brazilian citizens or persons who are permanent residents of the Federative Republic of Brazil who are appointed or hired by the Organization as staff members or experts to exercise functions abroad may export their furniture and personal effects free of customs duties, taxes or dues.

Likewise, Brazilian citizens or persons who are permanent residents of the Federative Republic of Brazil who return to the country to retire or to complete a mission undertaken abroad on behalf of the Organization, provided that the duration of such mission was not less than one year, may import their property and personal effects free of customs duties, taxes or dues within six months of their arrival.

Article 18

Staff members and experts - with the exception of Brazilian citizens and persons who are permanent residents of Brazil - shall enjoy special privileges for the import of consumer articles according to the legislation in force in the Federative Republic of Brazil. Such privileges shall be granted in accordance with the provisions established by the competent authorities.

Article 19

Staff members and experts who are not Brazilian citizens or permanent residents of Brazil shall enjoy the same facilities and exemptions in respect of currency and exchange as are accorded to staff of similar rank in other international organizations who are on mission in the Federative Republic of Brazil.

Article 20

The Director, staff members and experts shall enjoy immunity from jurisdiction, even after they have concluded their mission, in respect of acts done by them, including words

spoken or written, in the exercise of their official functions and within the limits of their obligations, except:

- (a) in the case of a civil action initiated by third parties for damage arising from an accident caused by a vehicle or aircraft belonging to, or driven by, them or in respect of a traffic offence involving the said vehicle and committed by them;
- (b) in the case of a real action relating to private immovable property situated in the Federative Republic of Brazil, unless it is held by the Organization for the fulfilment of its purposes;
- (c) in the case of an action relating to succession in which the Director, a staff member or an expert is involved as executor, administrator, heir or legatee as a private person and not on behalf of the Organization; and
- (d) in the case of an action relating to any professional or commercial activity exercised by them before taking up their official functions.

No measures of execution may be taken in respect of the Director, staff members and experts except in the cases coming under subparagraphs (a), (b), (c) and (d).

Article 21

Staff members and experts shall enjoy the following privileges, exemptions and facilities:

- (a) inviolability for official papers and documents relating to the exercise of their functions;
- (b) exemption from immigration restrictions and alien registration;
- (c) the repatriation facilities accorded to staff members of international organizations in time of international crisis;
- (d) exemption from income tax and any direct tax on the salaries and emoluments paid to them by the Organization; and
- (e) exemption from all personal contributions and from military or public service obligations of any kind.

The privileges, exemptions and facilities granted under subparagraphs (b), (c) and (e) shall not be extended to Brazilian citizens or permanent residents of the Federative Republic of Brazil. The Government may, at the request of the Organization, grant facilities or prerogatives to those Brazilian citizens who are required to provide the kinds of services mentioned in subparagraph (e) of this article.

Neither staff members and experts - outside their official functions - nor their dependent relatives may engage in any professional or commercial activity in the Federative Republic of Brazil.

This provision shall not apply to dependent relatives of staff members who are Brazilian citizens or permanent residents of the country.

Article 22

The Director, staff and experts may be called upon to appear as witnesses in judicial or administrative proceedings; in such instances, the authority requiring them to testify must ensure that the normal exercise of their functions is not affected. The authority shall, to the extent possible, accept written testimony.

It is understood that the Director, staff and specialists shall not be under any obligation to testify about events relating to the exercise of their functions or to produce official documents or correspondence relating to those functions.

Article 23

The Organization shall take appropriate measures to settle:

- (a) disputes arising out of contracts or other disputes of a private law character, to which it is a party; and
- (b) disputes involving the Director, a staff member or expert who by reason of their official position enjoys immunity, if immunity has not been waived.

Should it not prove possible to settle a dispute to which the Organization, the Director, a staff member or expert is a party, the Organization must cooperate to ensure that the plaintiff is given the option of taking the matter to court.

Article 24

The Organization shall cooperate with the competent authorities to facilitate the administration of justice and to ensure compliance with the law.

No provision of this Agreement shall be construed as an obstacle to the adoption of appropriate security measures in the interests of the Government.

Article 25

The privileges and immunities recognized in this Agreement are accorded to the Director, members of staff and specialists not for their personal benefit, but in order to safeguard the independent exercise of their functions. The Organization therefore has the right and a duty to waive immunity in any case where, in its opinion, immunity would impede the course of justice. If the Organization does not waive the immunity, it shall make every effort to reach a fair solution regarding the case.

Article 26

If the Government believes that a privilege or immunity accorded by virtue of this Agreement has been abused, it shall consult the Organization in order to determine whether or not such abuse occurred and, if so, to prevent it from recurring. However, in a situation where abuse has serious consequences, the Government may request the individual con-

cerned to leave the country. In this case, the usual procedures governing the departure of staff members of international organizations of similar rank shall apply.

Article 27

The number of staff and experts shall not exceed reasonable and normal limits, taking into account the functions of the Organization's regional headquarters in the Federative Republic of Brazil. In addition, the Federative Republic of Brazil shall, to the extent possible, provide the Organization with local staff to carry out its activities.

Article 28

The Organization shall have the right to use codes and to dispatch and receive its correspondence by courier or in sealed bags, which shall have the same immunities and privileges as the couriers and sealed bags of other international organizations.

Article 29

Official communications of the Organization shall enjoy in the territory of the Federative Republic of Brazil treatment not less favourable than that accorded by the Government to any other international organization in the matter of priorities, rates and taxes on correspondence, telegrams, telephone and other communications, and press rates for information to the press, radio and television.

Article 30

The Organization shall notify the Government in writing and as early as possible of:

- (a) the appointment of the Director, staff members and experts and the hiring of local staff, indicating those who are Brazilian citizens or permanent residents of the Federative Republic of Brazil. It shall also notify the Government in the event that one of the aforementioned individuals ceases to work for the Organization; and
- (b) the arrival and definitive departure of the Director, staff members and experts, and of their family members.

Article 31

Once it receives notification of their appointment, the Government shall send the Director, staff members and experts a document accrediting their status and specifying the nature of their functions.

Article 32

Applications for visas for staff members coming to work in the country that are submitted by holders of an official travel document and requested by the Organization shall be dealt with as speedily as possible.

The Director, staff members and experts shall enjoy the same facilities in respect of travel as staff of similar rank in other international organizations.

Article 33

The Federative Republic of Brazil shall provide the Organization with the physical space needed for the normal and effective discharge of its mission or with a contribution equal to the amount needed to lease such a space. Similarly, in agreement with the Director and within its means, it shall provide the headquarters with the local staff reasonably necessary for it to carry out its activities.

Article 34

This Agreement shall enter into force on the date on which the Government informs the Organization that it has been approved in accordance with national constitutional procedures.

Article 35

This Agreement shall be tacitly renewed for equal successive periods of five years. It may be denounced by either Party through written notification to the other. Denunciation shall take effect six months after the date of receipt of such notification by the other Party.

Article 36

The Parties may amend this Agreement by mutual consent. Such amendments shall enter into force in accordance with article 34 of this Agreement.

Done in the city of Brasilia, on 30 January 2002, in duplicate, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

PAULO RENATO SOUZA
Minister of Education

For the Organization of Ibero-American States for Education, Science and Culture:

FRANCISCO PIÑON
Secretary-General

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE SIÈGE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES ÉTATS IBÉRO-AMÉRICAINS POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE (OEI)

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture (OEI), ci-après dénommées les "Parties",

Considérant:

La réadmission de la République fédérative du Brésil au sein de l'Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture (OEI) lors de la 67ème réunion de son Conseil d'administration, et

Le souhait d'établir un siège régional permanent de l'Organisation au Brésil, en vue de faciliter la réalisation des objectifs pour lesquels elle a été créée,

Sont convenus de ce qui suit:

Article I

Établir un siège permanent de l'Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture (OEI) dans la ville de Brasilia.

Article 2

Appliquer, aux fins du présent Accord, les définitions ci-après:

- (a) Le terme " Gouvernement " s'entend du Gouvernement de la République fédérative du Brésil;
- (b) Le terme " Organisation " s'entend de l'Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture (OEI);
- (c) L'expression " autorités compétentes " s'entend des autorités de la République fédérative du Brésil, conformément à ses lois;
- (d) Le terme " siège " s'entend des locaux ou des bâtiments, quel que soit leur propriétaire, occupés par l'Organisation;
- (e) Le terme " propriété " s'entend des biens immeubles, meubles, véhicules, droits, fonds en toute devise, capitaux, revenus, autres actifs et tout autre bien susceptible de constituer la propriété de l'Organisation;
- (f) Le terme " archives " s'entend de la correspondance, des manuscrits, photographies, diapositives, films cinématographiques, enregistrements vidéos, enregistrements sonores, disques, disques compacts ou documents de toute nature appartenant à l'Organisation ou en sa possession;

- (g) Le terme " Directeur " s'entend du directeur du siège régional permanent de l'Organisation, dans la ville de Brasilia;
- (h) Le terme " personnel " s'entend des personnes employées en interne ou en externe par l'Organisation, quel que soit le lieu où elles exercent leur activité principale;
- (i) Le terme " experts " s'entend des personnes engagées par l'Organisation pour exécuter les tâches techniques, qui sont sous l'autorité du Directeur et sont soumis aux Règles et réglementations de l'Organisation, comme le sont ses propres employés, ou aux termes contractuels préalablement établis avec l'Organisation;
- (j) L'expression " membres de la famille " s'entend de tout parent qui est financièrement dépendant ou sous la responsabilité des personnes mentionnées aux sous-paragraphes (g), (h) et (i); et
- (k) L'expression " personnel local " s'entend des personnes engagées au niveau local par l'Organisation, pour effectuer les services ou les tâches administratives.

Article 3

L'Organisation possède la personnalité juridique et, afin de réaliser ses objectifs, a la capacité:

- (a) de conclure des contrats;
- (b) d'acquérir des biens mobiliers et immobiliers et de posséder des ressources financières, en en disposant librement;
- (c) d'engager des poursuites juridiques ou administratives lorsqu'une telle action est dans son intérêt;
- (d) de recevoir des dons ou une aide financière quels qu'ils soient;
- (e) de détenir des fonds, de l'or ou des devises de toute nature et de tenir des comptes en toute devise; et
- (f) de transférer ses fonds, son or ou ses devises au sein du pays ou à l'étranger.

Article 4

Le siège est sous l'autorité et la responsabilité de l'Organisation. Il sera toutefois soumis aux réglementations sanitaires et autres dispositions législatives nationales applicables.

Article 5

Le Gouvernement n'est pas tenu responsable de tout acte ou omission commis par l'Organisation ou par l'un des membres de son personnel ou des experts.

Article 6

Le siège et ses archives sont inviolables. Les autorités locales compétentes peuvent entrer dans le siège, dans l'exercice de leurs fonctions, avec le consentement du Directeur. En

cas d'incendie ou autre accident présentant un risque pour la sécurité publique, ledit consentement est tacite.

Le Gouvernement prend des mesures appropriées pour protéger le siège contre toute intrusion ou dommage.

Article 7

Le siège n'est pas utilisé à toute fin incompatible avec les objectifs et les fonctions de l'Organisation. Conformément au droit brésilien, l'Organisation n'autorise pas l'utilisation du siège pour abriter des fugitifs ou des personnes reconnues coupables, ou toute personne dont l'extradition a été demandée par un autre pays ou qui cherche à échapper à la justice.

Article 8

Le Gouvernement autorise les personnes suivantes à se déplacer librement en direction et en provenance du siège et à rester sur le territoire national:

- (a) le Président, le Vice-président et les membres du Conseil d'administration de l'OEI, les représentants des États membres lors des Congrès ibéro-américains sur l'éducation et lors des réunions du Conseil d'administration, et les membres du Conseil consultatif ainsi que leurs époux ou épouses et leurs enfants mineurs à charge;
- (b) le Secrétaire général, le Secrétaire général adjoint, les Directeurs généraux, les Conseillers et les employés de l'Organisation qui exercent habituellement leurs fonctions dans d'autres pays mais doivent rester au Brésil pour exercer les activités définies par l'OEI;
- (c) les experts engagés par l'OEI pour élaborer des programmes qui doivent être mis en application sur le territoire brésilien, ainsi que leurs époux ou épouses et leurs enfants mineurs à charge; et
- (d) les invités officiels de l'OEI, ainsi que leurs époux ou épouses et leurs enfants mineurs à charge.

Article 9

L'Organisation et sa propriété bénéficient de l'immunité de la juridiction et de l'exécution sur le territoire de la République fédérative du Brésil, sauf:

- (a) si le Secrétaire général de l'Organisation a expressément renoncé à cette immunité dans un cas particulier;
- (b) dans le cas d'une action civile intentée par des tierces parties pour dommages, préjudice ou décès résultant d'un accident provoqué par un véhicule ou un avion appartenant à l'Organisation ou utilisé en son nom;
- (c) dans le cas d'une infraction au code de la route impliquant un véhicule que l'Organisation possède ou utilise;
- (d) dans le cas d'une demande reconventionnelle directement liée à des poursuites engagées par l'Organisation; et
- (e) en cas d'activités commerciales exercées par l'Organisation.

Article 10

Le personnel local est soumis aux lois sur la sécurité sociale et à la législation du travail de la République fédérative du Brésil. L'Organisation versera les cotisations correspondantes pour l'udit personnel.

Article 11

La propriété de l'Organisation, où qu'elle soit et quel qu'en soit le propriétaire, sera exemptée de:

- (a) toute fouille, réquisition, confiscation ou saisie;
- (b) expropriation, sauf à des fins publiques définies par la loi et précédemment indemnisées; et
- (c) de toutes restrictions ou interventions administratives, judiciaires ou législatives, sauf si elles sont provisoirement nécessaires pour la prévention d'accidents ou les enquêtes menées à cet égard.

Article 12

L'Organisation souscrit, dans la République fédérative du Brésil, une assurance responsabilité civile pour dommages aux tiers.

Article 13

L'Organisation et ses administrateurs sont exonérés de tout impôt d'État ou municipal portant sur des locaux et bâtiments qui leur appartiennent ou qu'ils louent, sauf si cet impôt correspond à des charges pour services d'utilité publique.

L'exonération susmentionnée ne s'applique pas aux droits et taxes dus en vertu de la législation brésilienne, par les personnes engagées par l'Organisation ou son représentant.

Article 14

L'Organisation est exonérée des droits de douane, taxes et redevances de toute nature sur les articles, publications ou biens importés ou exportés par l'Organisation pour son usage officiel. Lesdits articles, publications ou biens ne peuvent être vendus dans la République fédérative du Brésil sans l'autorisation du Gouvernement.

Article 15

Le Directeur, les membres du personnel et les experts sont exonérés du paiement des taxes fédérales, à l'exception des :

- (a) taxes indirectes qui sont habituellement incluses dans le prix des biens ou services;

- (b) redevances et taxes sur la propriété immobilière privée située dans la République fédérative du Brésil, sauf si l'Organisation utilise ladite propriété;
- (c) redevances et taxes sur les revenus privés, plus-values comprises, acquis dans la République fédérative du Brésil, et impôts sur le capital pour des investissements réalisés dans des entreprises commerciales ou financières de la République fédérative du Brésil;
- (d) redevances liées à des charges pour services d'utilité publique;
- (e) droits de succession ou d'héritage imposés par la République fédérative du Brésil; et
- (f) droits d'enregistrement ou frais de justice, droits hypothécaires et droits de timbre, à l'exception des cas mentionnés à l'article 13.

Article 16

Si le Directeur, les membres du personnel et les experts qui ne sont pas des citoyens brésiliens ou des résidents permanents de la République fédérative du Brésil sont tenus, dans le cadre de leurs fonctions, de rester dans le pays pour une période d'au moins un an et s'ils ont été accrédités par le Gouvernement conformément aux procédures énoncées à l'article 32, ils peuvent importer, dans les six mois suivant leur arrivée, ou exporter sans droits de douane, taxes ou redevances, leur mobilier et leurs effets personnels. Lesdits mobilier et effets ne peuvent pas être vendus dans le pays sans l'autorisation du Gouvernement.

Article 17

Les citoyens brésiliens ou les résidents permanents de la République fédérative du Brésil qui sont nommés ou engagés par l'Organisation en tant que membres du personnel ou experts pour exercer des fonctions à l'étranger, peuvent exporter leur mobilier et leurs effets personnels sans droits de douanes, taxes ou redevances.

De même, les citoyens brésiliens ou les résidents permanents de la République fédérative du Brésil qui retournent dans leur pays pour prendre leur retraite ou pour achever une mission entreprise à l'étranger au nom de l'Organisation, à condition que ladite mission dure au moins un an, peuvent importer leurs biens et leurs effets personnels sans droits de douane, taxes ou redevances, dans les six mois suivant leur arrivée.

Article 18

Les membres du personnel et les experts - à l'exception des citoyens brésiliens et des résidents permanents du Brésil - bénéficient de priviléges spéciaux pour l'importation d'articles de consommation, conformément à la législation en vigueur dans la République fédérative du Brésil. Ces priviléges sont accordés conformément aux dispositions établies par les autorités compétentes.

Article 19

Les membres du personnel et les experts qui ne sont pas des citoyens brésiliens ou résident permanents du Brésil, bénéficient des mêmes facilités et exemptions relatives aux devises et au change que celles qui sont accordées au personnel de rang similaire dans d'autres organisations internationales qui sont en mission dans la République fédérative du Brésil.

Article 20

Le Directeur, les membres du personnel et les experts bénéficient d'immunité au regard de toute juridiction, même après avoir terminé leur mission, relativement à tout acte qu'ils ont effectué, y compris des propos oraux ou écrits, dans l'exercice de leurs fonctions officielles et dans les limites de leurs obligations, sauf :

- (a) dans le cas d'une action civile intentée par des tierces parties pour des dommages résultant d'un accident provoqué par un véhicule ou un avion qui leur appartient ou qu'ils conduisent ou relativement à une infraction au code de la route impliquant ledit véhicule qu'ils ont commise;
- (b) dans le cas d'une action réelle concernant des biens immobiliers privés situés dans la République fédérative du Brésil, sauf si ces biens appartiennent à l'Organisation pour la réalisation de ses objectifs;
- (c) dans le cas d'une action concernant une succession dans laquelle le Directeur, un membre du personnel ou un expert est impliqué en tant qu'exécuteur testamentaire, curateur, héritier ou légataire à titre privé et non au nom de l'Organisation; et
- (d) dans le cas d'une action relative à une activité professionnelle ou commerciale qu'ils exercent avant de prendre leurs fonctions officielles.

Aucune mesure d'exécution ne peut être prise relativement au Directeur, aux membres du personnel et aux experts en dehors des cas mentionnés aux sous paragraphes (a), (b), (c) et (d).

Article 21

Les membres du personnel et les experts bénéficient des priviléges, exemptions et facilités suivants:

- (a) inviolabilité des documents et papiers officiels relatifs à l'exercice de leurs fonctions;
- (b) exemption s'agissant des restrictions à l'immigration et de l'obligation de se faire enrégistrer en tant qu'étranger;
- (c) facilités de rapatriement accordées aux membres du personnel des organisations internationales en temps de crise internationale;
- (d) exemption de l'impôt sur le revenu et de tout impôt direct sur les salaires et émoluments qui leur sont payés par l'Organisation; et
- (e) exemption de toute contribution personnelle et de toutes les obligations relatives au service militaire ou public.

Les priviléges, exemptions et facilités accordés au titre des sous paragraphes (b), (c) et (e) ne concernent pas les citoyens brésiliens ou les résidents permanents de la République fédérative du Brésil. Le Gouvernement est en droit, à la demande de l'Organisation, d'accorder des facilités ou des prérogatives aux citoyens brésiliens qui sont tenus de fournir les types de services mentionnés au sous paragraphe (e) du présent article.

Ni les membres du personnel ni les experts - en dehors de leurs fonctions officielles - ni leurs parents à charge, ne peuvent engager d'activité professionnelle ou commerciale dans la République fédérative du Brésil.

Cette disposition ne s'applique pas aux parents à charge des membres du personnel qui sont citoyens brésiliens ou résidents permanents du pays.

Article 22

Le Directeur, le personnel et les experts peuvent être invités à témoigner lors de procédures judiciaires ou administratives; dans ce cas, l'autorité leur demandant de témoigner doit assurer que l'exercice normal de leurs fonctions n'en est pas affecté. L'autorité acceptera, dans la mesure du possible, un témoignage écrit.

Il est entendu que le Directeur, le personnel et les spécialistes ne seront pas tenus de témoigner sur des événements concernant l'exercice de leurs fonctions ou de produire de la correspondance ou des documents officiels concernant lesdites fonctions.

Article 23

L'Organisation prendra les mesures appropriées pour régler:

- (a) les différends découlant de contrats ou autres différends relevant du droit privé et dont elle est l'une des parties; et
- (b) les différends concernant le Directeur, un membre du personnel ou un expert qui, de par sa position officielle, bénéficie d'immunité, si il n'y a pas renoncé.

S'il s'avère impossible de régler un différend dont l'Organisation, le Directeur, un membre du personnel ou un expert est l'une des parties, l'Organisation doit coopérer de façon à assurer que le demandeur a la possibilité de porter l'affaire en justice.

Article 24

L'Organisation coopérera avec les autorités compétentes afin de faciliter l'administration de la justice et d'assurer le respect de la loi.

Aucune des dispositions prévues par le présent Accord ne sera interprétée comme un obstacle à l'adoption de mesures de sécurité appropriées, dans l'intérêt du Gouvernement.

Article 25

Les priviléges et immunités reconnus dans le présent Accord sont accordés au Directeur, aux membres du personnel et aux spécialistes non pas pour leur intérêt personnel mais pour garantir l'exercice indépendant de leurs fonctions. L'Organisation a donc le droit et le

devoir de renoncer à l'immunité dans les cas où, selon elle, l'immunité ferait obstacle au cours de la justice. Si l'Organisation ne renonce pas à l'immunité, elle fera tout son possible pour parvenir à une solution équitable vis-à-vis du cas considéré.

Article 26

Si le Gouvernement estime qu'un privilège ou une immunité accordés au titre du présent Accord ont été utilisés à mauvais escient, il consultera l'Organisation en vue de déterminer si c'est effectivement le cas ou non et, si c'est le cas, en vue d'empêcher un tel abus de se reproduire. Toutefois, si un tel abus a des conséquences graves, le Gouvernement peut demander à la personne concernée de quitter le pays. Dans ce cas, les procédures habituelles régissant le départ des membres du personnel des organisations internationales de rang similaire seront appliquées.

Article 27

L'effectif du personnel et le nombre d'experts restent dans des limites raisonnables et normales par rapport aux fonctions du siège régional de l'Organisation dans la République fédérative du Brésil. En outre, dans la mesure du possible, ladite Organisation engage, pour l'exercice de ses activités, du personnel local.

Article 28

L'Organisation a le droit d'utiliser des codes et d'envoyer et de recevoir sa correspondance par coursier ou dans des sacoches scellées, qui bénéficieront des mêmes immunités et priviléges que les coursiers et sacoches scellées d'autres organisations internationales.

Article 29

Les communications officielles de l'Organisation bénéficient, sur le territoire de la République fédérative du Brésil, d'un traitement non moins favorable que celui qui est accordé par le Gouvernement à toute autre organisation internationale en termes de priorité, de tarifs et de taxes sur la correspondance, les télégrammes, le téléphone et autres communications, et de tarifs de la presse pour l'information à la presse, à la radio et à la télévision.

Article 30

L'Organisation notifie au Gouvernement par écrit et aussitôt que possible:

- (a) la nomination du Directeur, des membres du personnel et des experts et l'embauche de personnel local, en indiquant ceux qui sont citoyens brésiliens ou résidents permanents de la République fédérative du Brésil. Elle prévient également le Gouvernement si l'une des personnes susdites cesse de travailler au service de l'Organisation; et
- (b) l'arrivée et le départ définitif du Directeur, des membres du personnel et des experts, ainsi que des membres de leurs familles.

Article 31

Une fois qu'il a reçu l'avis de leur nomination, le Gouvernement envoie au Directeur, aux membres du personnel et aux experts un document accréditant leur statut et spécifiant la nature de leurs fonctions.

Article 32

Les demandes de visas pour les membres du personnel venant travailler dans le pays, qui sont déposées par les détenteurs d'un document officiel de déplacement et qui sont présentées par l'Organisation, sont traitées aussi rapidement que possible.

Le Directeur, les membres du personnel et les experts bénéficient des mêmes facilités, relativement aux déplacements, que le personnel de rang similaire d'autres organisations internationales.

Article 33

La République fédérative du Brésil mettra à la disposition de l'Organisation l'espace matériel nécessaire à l'accomplissement normal et effectif de sa mission ou une contribution égale au montant nécessaire pour louer un tel espace. De même, en accord avec le Directeur et dans les limites de ses moyens, elle mettra à la disposition du siège le personnel local raisonnablement nécessaire pour l'exercice de ses activités.

Article 34

Le présent Accord entre en vigueur le jour où le Gouvernement informe l'Organisation qu'il a été approuvé conformément aux procédures constitutionnelles nationales.

Article 35

Le présent accord est tacitement renouvelé pour des périodes successives égales de cinq ans. Il peut être dénoncé par l'une ou l'autre Partie par voie de notification écrite à l'autre Partie. Cette dénonciation prend effet six mois après la date de réception de ladite notification.

Article 36

Les Parties peuvent amender le présent Accord par entente mutuelle. De tels amendements entrent en vigueur conformément à l'article 34 du présent Accord.

Fait à Brasilia le 30 janvier 2002, en double exemplaire, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

PAULO RENATO SOUZA
Ministre de l'éducation

Pour l'Organisation des États ibéro-américains pour l'éducation, la science et la culture :

FRANCISCO PIÑON
Secrétaire général